

**agenda cultural para
o Brasil do presente**

agosto de 2003

Uma versão anterior desse texto foi publicado parcialmente no documento "O Inesc e a agenda brasileira 2003/2006" do Instituto de Estudos Socioeconômicos - INESC, que autorizou sua publicação nesse caderno.

Hamilton Faria é poeta, coordenador da área de Cultura do Instituto Pólis, secretário-executivo do Fórum Intermunicipal de Cultura - FIC, membro do Conselho Municipal de Cultura da Cidade de São Paulo, professor na Faculdade de Artes Plásticas da FAAP, São Paulo, e animador da Rede Mundial de Artistas em Aliança.

CATALOGAÇÃO NA FONTE - PÓLIS/CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

Faria, Hamilton

Agenda cultural para o Brasil do presente. São Paulo, Instituto Pólis, 2003. 40 p. (Cadernos Pólis,6)

1. Políticas Públicas. 2. Política Cultural. 3. Desenvolvimento Cultural. 4. Desenvolvimento Local. 5. Participação Cidadã. I. Instituto Pólis. II. Título. III. Série.

Fonte: Vocabulário Pólis/CDI

Cadernos Pólis 6

Coordenação Editorial: Paula Santoro

Assistente Editorial: Iara Rolnik Xavier

Ilustração da Capa: Marcelo Bicalho

Revisão Gráfica e Digital: Fabio Gonçalves

Editoração Eletrônica: Renato Fabriga

Sumário

1. O Cenário atual e as prioridades para o desenvolvimento cultural	7
2. Construção de políticas públicas de cultura centradas na democracia, cultural e no desenvolvimento Humano	10
3. A Inversão de prioridades e a exclusão cultural	12
3.1 Criar políticas e programas de fomento a pequena e média produção e criação culturais	13
3.2 Criar lugares públicos que possibilitem a emergência da vida cultural	13
3.3 Criar "contribuição progressiva" nas leis de incentivo para gerar recursos para projetos de inclusão cultural e gerar devolução social	14
3.4 Aumentar o orçamento da cultura	15
3.5 Potencializar a ação cultural integrando políticas públicas	15
3.6 A ação cultural descentralizada	16
4. Globalização, identidade e diversidade: o lugar do Brasil no mundo, o lugar do Brasil no Brasil	17
5. Políticas públicas de cultura e desenvolvimento local	21
6. Cultura e democratização nos meios de comunicação	24
7. Democratizar as leis de incentivo	27
8. Desenvolver e fortalecer a cultura participativa	30
9. Criar uma cultura de paz	32
10. Artecultura, jovens e novas sociabilidades	33
Para concluir	35
Referências bibliográficas	36

Agenda cultural para o Brasil do presente

Esta é uma agenda cultural mínima para estimular um debate sobre o desenvolvimento cultural do Brasil. Certamente não tratará de todos os temas importantes para o processo de afirmação da cidadania cultural. Temos certeza que não podemos mais pensar em cultura apenas como manifestação artística, enquanto os grandes temas são abandonados em nome da conquista de um lugar no Primeiro Mundo, e as políticas culturais limitam-se a um circuito restrito das leis culturais e a ação dos ministérios e das secretarias.

A cultura tem sido tratada em nosso país como um artigo de segunda classe, dispensável, componente menor do rol das políticas sociais. Não é vista como prioridade estratégica dos governos, como componente essencial da qualidade de vida e do desenvolvimento humano.

Nesta agenda pensamos cultura como totalidade do nosso modo de vida, que parte das nossas raízes, mitos e crenças, e segue por nossas instituições, até nosso viver cotidiano, e também o nosso mundo imaginário. Certamente não abordamos todos estes temas, mas procuramos não limitar a nossa compreensão a um departamento, uma fatia da realidade, mas a um cenário complexo onde pessoas e coletividades vivenciam seu cotidiano e buscam seus sentidos de vida.

Sem a estreiteza de um nacionalismo superado e o ufanismo do hino nacional acreditamos na possibilidade de construir um país melhor, com dignidade no cenário internacional e qualidade de vida humanizada para seus habitantes. Se a globalização é inevitável, que não seja apenas pela via da redução dos sonhos a uma conta bancária ou a mercantilização da alma, mas pela convivência entre pessoas, sociedades e países baseada na interculturalidade solidária de nossas experiências.

Neste momento em que se abre um cenário onde uma pequena esperança surge no horizonte e a economia parece, enquanto tendência, subordinar-se ao social, a cultura deverá pertencer à construção de um país melhor, mostrando um rosto humano da nossa vida para além do mercado. Por

A cultura não é vista como prioridade estratégica dos governos, como componente essencial da qualidade de vida e do desenvolvimento humano.

A crise civilizatória que ora atravessamos poderá trazer novos sentidos a um mundo desencantado e reencantá-lo recolhendo seus impulsos mais generosos e suas possibilidades de mudança.

outro lado, a crise civilizatória que ora atravessamos poderá trazer novos sentidos a um mundo desencantado e reencantá-lo recolhendo seus impulsos mais generosos e suas possibilidades de mudança.

Certamente o mundo mudará pela cultura e não pela sua economia. Como diz Pablo Neruda: "*si se termina el*

amarillo con qué vamos a hacer el pan?".

Um novo Brasil não poderá prescindir da cultura para encontrar o seu rumo, pois terá que acrescentar humanidades a vida das pessoas. E esta é a missão mais fascinante da cultura.

Sem dúvida este é o momento propício para que se instaure um novo debate no país, que não confine a cultura a um pobre cenário onde ganham *status* de prioridade as leis de incentivo e a realização dos nossos valores mais caros são impedidos pela perversa frieza do mercado.

O Brasil da inclusão cultural entenderá cultura como política de Estado e para isso repensará programas em andamento e decididamente tratará de inverter prioridades. Deixará a cultura de mercado para o mercado, e se ocupará preponderantemente do patrimônio cultural sem possibilidades de se afirmar independente da ajuda do Estado e de manifestações culturais vitais à vida nacional. Sem dúvida que este caminho contrariará interesses, a prática do clientelismo cultural e alguns aspectos da governabilidade, pois estará mexendo na hegemonia de grupos e interesses que construíram durante muitos séculos um imaginário de nação de mentes colonizadas pelo mundo global e pela visão humana estreita e dominadora das elites.

Muitos dos nossos intelectuais caem facilmente no atoleiro da cultura como arte e das leis de incentivo. Artistas comovem-se com os recursos obtidos e perdem completamente a visão do país. O fato é que estamos diante de uma desagregação cultural de grandes proporções. Além de vivermos uma crise de paradigmas no campo do conhecimento – em que sua maior evidência é a incapacidade da inteligência de encontrar soluções para os grandes problemas da humanidade –, estamos imersos numa cultura da barbárie. Apesar dos grandes eventos, institutos de pesquisa privados e o cinema brasileiro andarem muito bem com o dinheiro público.

Quero deixar claro que a nossa compreensão é suficientemente larga para limitarmos os processos culturais ao mundo dos pobres do país, no entanto, é o tempo de definição de prioridades e inclusão no cenário do desenvolvimento humano daqueles que vivem o *apartheid* cultural. Assim, grandes eventos de caráter público ou grandes produções de qualidade cultural podem e devem ser apoiadas pelo Estado, desde que a maior parte dos santos não fique sem camisa.

Não podemos perder este momento privilegiado para que as políticas públicas de cultura assumam importância no conjunto das políticas sociais do país.

Não podemos perder este momento privilegiado para que as políticas públicas de cultura assumam importância no conjunto das políticas sociais do país.

1. O cenário atual e as prioridades para o desenvolvimento cultural



A crise que ora atravessamos não é apenas do capitalismo ou de suas formas de administração, ou mesmo da incompetência dos governos, mas uma crise que atinge a totalidade da existência de todas as sociedades. Já não é mais possível vivermos e nos desenvolvermos da mesma forma sob pena de nos autodestruirmos (Plataforma, 1996, p. 7). É uma profunda crise de valores, de sentidos do nosso modo de vida contemporâneo sustentados no desenvolvimento material, na competição e no individualismo consumista.

Alguns países, como o Brasil, vivem um lado mais dramático desse modo de vida que exclui, elimina, segrega milhões de pessoas e impõe um mundo terrível de fome, violência e discriminação. Chegamos a um ponto limite e para superarmos a crise civilizatória temos que fortalecer uma cultura do ser, e afirmar identidades e diferenças, melhorias materiais e riqueza do imaginário.

Para superarmos a crise civilizatória temos que fortalecer uma cultura do ser, e afirmar identidades e diferenças, melhorias materiais e riqueza do imaginário.

A eleição de um novo presidente não significa o melhor dos mundos, mas o renascimento de um processo necessário para revitalizar o sonho e a possibilidade de uma vida diferente. No lugar do pragmatismo econômico das elites parece surgir um campo fértil para novas vivências comunitárias, o exer-

cício de novos direitos e novas experiências democráticas de gestão e representação. Parece que a nossa subjetividade coletiva volta a fermentar. Um reencantamento da política paira no ar. Trata-se de um momento complexo e inédito: complexo, porque o desenho das possibilidades de realizações passará por muitas mediações e caminhos tortuosos – idas e vindas, diálogos e embates, tensões e encontros, Eros e Tânatos. Inédito, porque jamais fomos governados por alguém que não tenha saído do dos meios das elites culturais ou daqueles ligados a poderosos grupos econômicos.

Como disse Antonio Candido em artigo na *Folha de S.Paulo* de 28 de outubro de 2002: "...ricos e pobres, radicais e moderados, cultos e incultos lhe abriram um crédito largo de confiança, esperando com certeza que possa contribuir para as transformações de que o país precisa ... No Brasil, a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva simboliza a incorporação do 'quarto estado' às esferas que decidem o rumo do país".

Sem dúvida o processo do novo governo terá suas limitações. Moderação, política de alianças, flexibilidade, coalização multiclassista, convergência de vários setores, pacto social parecem ser a marca do novo governo. Mas seu programa é muito claro: embora pretenda equilibrar contas, controlar inflação e déficits, aposta na promoção do desenvolvimento humano e na inclusão. Se ainda não se sabe o que predominará – as urgências e a voz dos atores ou as necessidades da governabilidade – sabe-se que deverão ocorrer reformas e acentos evidentes nas políticas sociais.

Abre-se aí um grande momento para a construção de políticas de inclusão em todos os campos da sociedade. E isso somente será possível se a sociedade se colocar com seus apelos, pressões, parcerias e formulações a serviço da construção do desenvolvimento humano. Esta é a grande oportunidade neste novo ciclo histórico. Até aqui foi priorizada a cultura do "ter" – a economia, a estabilidade da moeda, a inflação –, agora vivemos a possibilidade de passarmos a um

novo patamar, a cultura do “ser” como condição para o desenvolvimento social. E este é um momento privilegiado para concebermos um novo país.

Assim, consideramos no campo cultural quatro importantes princípios:

1. **A democracia:** defendemos a importância de consolidarmos a democracia, ampliando o caráter democrático das gestões nos três níveis federal, estadual e municipal; os órgãos legislativos e os campos de articulação e representação da sociedade civil, bem como a democracia direta. Aqui é importante desenvolver valores voltados para uma verdadeira cultura participativa.
2. **A diversidade:** o direito a diferença, seja na afirmação das pessoas, coletividades e no país garantindo sua identidade no cenário das nações. “Iguais mas diferentes”, este deve ser o nosso lema. O reconhecimento das culturas, suas raízes, o direito a ancestralidade, mas também o direito à invenção; o popular e o erudito; o profissional e o experimental; o vivido e o construído; o tradicional e o moderno – nenhuma cultura “autêntica” e verdadeira poderá ser negada. Estamos construindo vários mundos possíveis de várias cores. O mundo do futuro é multicultural e se constrói na interculturalidade entre os diferentes.
3. **A paz:** não há desenvolvimento humano sem paz; portanto criar uma cultura da paz e da não-violência é central num cenário marcado por uma cultura que se constrói pela eliminação ou exclusão do outro. A cultura da paz não nega o conflito, a luta, nem reivindica imaginários homogêneos, ou mesmo a paz dos vencidos. A paz é ativa e se constitui como sedimento dos processos culturais democráticos. A paz, mais do que uma palavra de ordem, constitui-se no mais contundente paradigma de uma sociedade para superar a barbárie da civilização.
4. **A ética:** há muitos anos cresce um movimento pela hegemonia da ética, como dizia Betinho. Não há cultura democrática ou democracia cultural sem a promoção de valores éticos e da moralidade pública. Tanto na sociedade civil como nos governos, estabelecer os limites do público e do privado é um comportamento responsável perante os bens públicos; fiscalizar a atividade parlamentar para que se imponha a ética na vida pública. Sem prevalecer a ética no mundo da política o desenvolvimento cultural não se efetivará.

A partir desses princípios podemos definir algumas prioridades para o atual momento:

- a construção de políticas públicas de cultura;
- a inversão de prioridades e a inclusão cultural;
- a construção da esfera pública da cultura;
- políticas públicas de enfrentamento do processo de mercantilização da cultura;
- o reconhecimento da identidade do "ser Brasil";
- a hegemonia da ética e a consolidação de uma cultura democrática;
- a democratização dos meios de comunicação;
- o desenvolvimento de uma cultura participativa;
- a criação de uma cultura de paz e da não-violência;
- o reforço do protagonismo jovem e a compreensão das novas sociabilidades;
- democratizar as leis de incentivo à cultura;
- revitalizar a utopia e reencantar o mundo.

2. Construção de políticas públicas de cultura centradas na democracia cultural e no desenvolvimento humano



Temos que substituir a idéia de políticas culturais por políticas públicas de cultura. Políticas culturais são as tradicionais, focadas na cultura em sentido restrito, muitas vezes definidas a partir dos gestores, sem caráter democrático ou público, atendendo especificidades, muitas vezes voltadas para o desenvolvimento das artes, departamentalizada em uma secretaria ou ministério. Políti-

cas públicas de cultura envolvem o sentido da construção de uma esfera pública não-estatal, participativa, com diálogos e escutas culturais, intersecretariais, cultura entendida em sentido amplo. Uma cultura realizada com o esforço de todos e não simplesmente realizada para alguns. Uma cultura construída com vários atores, tradicionalmente não reconhecidos como culturais no sentido restrito da palavra.

Envolver-se na criação de políticas públicas de cultura é prioridade no cenário que se avizinha e isto tem muitas implicações: abrir campos de diálogo (nem todos os gestores do novo governo tem a cultura da conversa, apesar dos apelos presidenciais), estabelecer fóruns ágeis nos quais governo e sociedade possam conversar e deliberar superando assim a cultura inacessível e burocrática que tem marcado os diálogos com gestores públicos, e, assim, construir, governo e sociedade, uma esfera pública que possa definir prioridades, formular políticas e fiscalizar ações e relações públicas e privadas. Sem dúvida que, como o Brasil não tem tradição de políticas públicas e muito menos no campo cultural, isto será feito com tensões, idas e vindas, mas será fundamental garantir o desenvolvimento de uma cultura do diálogo cultural permanente entre sociedade civil e governo.

O Parlamento, modificado e fortalecido pelas últimas eleições, se constituirá em campo privilegiado de debates de temas relevantes, de projetos e de potencial impulsionador de mudanças na cultura política. Ali será o centro da negociação, das temperaturas políticas, das viabilidades de pactos sociais, pois as reformas e a governabilidade estarão ali referenciadas, sem negar o protagonismo da sociedade que poderá ser relevante nesta conjuntura. Ali, embora conservadores radicais tenham perdido força é muito expressiva a presença do fisiologismo do "é dando que se recebe" e de um conservadorismo alheio a mudanças. As entidades da sociedade civil preocupadas com intervenções no campo parlamentar deveriam pensar em formas de atuação voltadas para a geração de novos valores de cultura política no Parlamento, incluindo sensibilização, ações simbólicas e capacitação de parlamentares para a ação legislativa.

Temos que substituir a idéia de políticas culturais por políticas públicas de cultura.

Será fundamental garantir o desenvolvimento de uma cultura do diálogo cultural permanente entre sociedade civil e governo.

Um dos nossos maiores desafios é fortalecer os atores culturais, sua capacidade propositiva para gerar propostas e políticas e impulsionar um clima cultural favorável para repensar o país que queremos.

Enfim, o novo cenário oriundo da mobilização pela democratização, exige a construção de um campo político diferenciado que se inicia pelo diálogo e deve envolver a sociedade na construção de políticas de inclusão.

Um dos nossos maiores desafios é fortalecer os atores culturais, sua capacidade propositiva para gerar propostas e políticas e impulsionar um clima cultural favorável para repensar o país que queremos. Sabemos que as políticas de inclusão social privilegiarão a fome, a habitação, o saneamento, o transporte urbano; e que o papel dos agentes culturais deve ser o de abrir espaços para a inclusão da cultura como política relevante.

Some-se a isso a importância de se desconstruir a cultura burocrática que constitui a vida das instituições: sabemos que o tempo burocrático e o tempo cultural não combinam, pois a cultura é muito ágil e mutante. Nesse sentido, tornar mais ágil o Estado, mais permeável e transparente a sociedade, reforça a importância das reformas administrativa e do Estado.

3. A inversão de prioridades e a exclusão cultural



No Brasil pensa-se e faz-se muito pouco políticas públicas de cultura. Mesmo as políticas culturais restritas a ministérios ou secretarias de cultura são limitadas. Com o advento das leis culturais a realização da cultura coube ao mercado e muitos governos abriram mão de políticas. Restaram linhas de financiamento à cultura enquanto os grandes temas passavam em branco.

Implementou-se uma globalização perversa e acrítica, importamos produtos e modos de ser que banalizam a vida da população, não interferimos na produção dos meios de comunicação, a produção artística se mercantiliza, os valores de convivência não estão em questão, o papel da indústria cultural não é posto em debate. Quase sempre os mesmos são beneficiados com os recursos da cultura, principalmente grandes produções e artistas já consagrados ou com potencial de mercado.

Deve-se pensar seriamente na inversão de prioridades. Atingir por meio de políticas, orçamentos, espaços e atividades as populações desprovidas das capitais e outras regiões do país, fazendo da cultura um fator de integração e de afirmação de identidades, de acesso aos bens, valores e fazer artístico e cultural.

Para isso será necessário:

3.1. Criar políticas e programas de fomento a pequena e média produção e criação culturais

Estimular grupos formais e informais subsidiando-os com pequenos valores para impulsionar a criação artística e cultural, o acesso à produção de qualidade e a cidadania cultural de indivíduos, grupos e movimentos culturais.

Por exemplo, paralelamente ao combate emergencial à fome poderão ser criados programas e projetos sobre a fome de cultura, estimulando pequenos trabalhos coletivos ligados a esta prioridade.

A valorização de pequenas iniciativas culturais deverá atender não somente artistas mas todo o circuito cultural da criação e permitir o debate público e a capacitação para o fazer cultural. Deve ser facilitado o acesso a fundos pelo caráter de subsídio, a desburocratização e a disseminação de pontos de inscrição para obtenção de financiamento.

3.2. Criar lugares públicos que possibilitem a emergência da vida cultural

Um dos problemas mais relevantes da exclusão cultural é a ausência de lugares que possam ser verdadeiramente apropriados pela população para o exercício da sua cidadania cultural – produzir e criar cultura, acesso aos bens e equipamentos, participação nos processos culturais, decisão sobre o fazer cultural, pertencimento a uma comunidade e a ecologia cultural. Mesmo nas

grandes capitais, como São Paulo, existem lugares com mais de um milhão de habitantes, praticamente sem equipamentos culturais. As criações de equipamentos poderão ser estimuladas em todo o país, a baixo custo, com linhas de financiamento próprias, com o apoio do Estado e de prefeituras. Poderá ser um ponto de encontro, criação de diversas linguagens, lugar de debate público e apresentações de eventos. Este é um trabalho que já existe com muito sucesso. Trata-se dos "Barracões Culturais da Cidadania", projeto mais importante da Secretaria Municipal de Cultura de Itapeverica da Serra, São Paulo. Inicialmente concebidos para serem construídos com eucalipto e taipa, esses barracões acabaram recebendo financiamento para sua realização em alvenaria e em vários bairros da periferia. Em treze pontos da cidade são oferecidas oficinas de teclado, pintura, canto coral, teatro, piano, etc., constituindo-

se pontos de sociabilidade entre jovens e de referência para a população local debater os seus problemas.

Esses lugares são pontos irradiadores de cultura e potencializadores da cultura local, com suas festas e tradições, com sua criatividade, para a for-

mação da cidadania. Por outro lado, as atividades devem sair dos "templos" tradicionais para a ocupação da rua e da praça, lugares privilegiados para a realização da cultura.

Articulados com outros equipamentos públicos, esses espaços, poderão possibilitar o acesso dos jovens à linguagens artísticas, ao fazer cultural e, também, prepará-lo para o mundo da economia e do mercado de trabalho.

As atividades devem sair dos "templos" tradicionais para a ocupação da rua e da praça, lugares privilegiados para a realização da cultura.

3.3. Criar "contribuição progressiva" nas leis de incentivo para gerar recursos para projetos de inclusão cultural e gerar devolução social

Mesmo que as leis de incentivo estimulando parcerias governo-empresas não sejam eliminadas, pode-se criar dois dispositivos importantes para neutralizar o seu funcionamento excludente: a criação de um fundo para projetos culturais a partir dos incentivos fiscais e garantir a devolução pública para populações sem acesso a fruição da cultura, como estabelece a nova lei cultural do município de São Paulo apresentada pelo vereador Nabil Bonduki.

Pode-se criar uma escala de acordo com o valor do projeto aprovado em que automaticamente o recurso cairia num fundo de pequenos projetos culturais.

Circulação da obra ou evento, número de vagas gratuitas para cursos, ingressos para show ou teatro, lugares para participar de debates, bolsas gratuitas etc. poderão estimular o projeto a sair de seu circuito privado ou atender exclusivamente o seu público preferencial.

3.4. Aumentar o orçamento da cultura

Em um governo de inclusão a cultura terá que necessariamente ser considerada estratégica para o desenvolvimento. Com as leis culturais o Estado privatizou as políticas de cultura, deixou a realização da cultura nas mãos de empresas enquanto pensava em políticas sociais "mais importantes". O fato é que para intervir realmente na cultura é necessário compreender que não há inclusão social sem inclusão cultural e que cultura é componente vital da qualidade de vida de um país.

Assim, o desenvolvimento cultural é responsabilidade do Estado, impossível de concretizar-se com 0,25% do orçamento da União, sabendo-se que mais de 70% é destinado a custos fixos. No mínimo 2% do orçamento seria uma meta desejável num primeiro momento.

As ações do ministério podem ser potencializadas com leis de incentivo reformuladas, fundos de pequenos projetos, linhas específicas de financiamento a projetos socioculturais pelos bancos públicos e privados, e integração de políticas públicas.

3.5. Potencializar a ação cultural integrando políticas públicas

O debate público e a análise de experiências de desenvolvimento cultural do Instituto Pólis e as propostas do Fórum Intermunicipal de Cultura (FIC) têm concluído sobre a importância da integração de políticas públicas por vários motivos: a cultura não é apenas uma dimensão da realidade que requer uma ação departamentalizada; a ação cultural poderá ser ampliada ao aproveitar-se de recursos, equipamentos e programas de outros órgãos que trabalham com políticas sociais; a cultura é cenário onde se movem atores, relevantes ou não, e experiências de vida e os processos econômicos, religiosos, sociais e políticos trazem inevitavelmente a presença viva da cultura.

A cultura é cenário onde se movem atores, relevantes ou não, e experiências de vida e os processos econômicos, religiosos, sociais e políticos.

Assim, cada órgão gestor deve no futuro definir políticas de cultura e mobilizar recursos e agentes culturais. Há uma cultura da saúde, do transporte, da segurança alimentar, da agricultura e da indústria. A criação do Ministério

da Cultura, Educação, Ciência e Tecnologia e Comunicações poderia ser positivo, desde que cada secretaria tivesse recursos suficientes para sua ação e não houvesse abandono de uma ou outra área, como geralmente acontece.

Mesmo partindo da existência de ministérios distintos pode-se sugerir que a articulação cultura-educação deverá ser caminho necessário para a implantação de políticas de cultura. Culturalizar a escola – educando professores e estudantes para outros processos educativos, para a consciência de que o saber é mais amplo que a escola, abrir as portas das instituições escolares para a comunidade e a pluralidade de culturas existentes – poderá contribuir para a cidadania cultural.

O alcance das políticas públicas de cultura nesta visão transdisciplinar poderá ser potencializado se houver integração de políticas e ações intersecretariais. Muitas secretarias de cultura de municípios brasileiros viveram essa experiência, embora em pequena escala, mas com bons resultados para a população local.

3.6. A ação cultural descentralizada

Tema dos mais relevantes para as políticas públicas de cultura, principalmente se levarmos em conta a impossibilidade de invertermos prioridades e públicos sem atingirmos maciçamente a população. A ação cultural descentralizada permite a valorização das identidades e diversidades locais, a valorização e a criação de novos repertórios culturais e o exercício da democracia cultural como realização da cultura por todos. Permite também entender a população não como espectadora dos processos culturais ou consumidores de cultura, mas como participante ativa dos processos culturais. A ação descentralizada não pode ser confundida com mera descentralização de equipamentos, como comumente acontece. Deve possibilitar o exercício da autonomia como o fundo comum das políticas públicas e a criatividade como fundadora da cultura.

4. Globalização, identidade e diversidade: o lugar do Brasil no mundo, o lugar do Brasil no Brasil



Este é o momento de definirmos o lugar cultural do Brasil no processo de globalização. Se estamos conectados com o mundo desde nossas origens nem por isso devemos estar abertos a qualquer globalização – não àquela que nos entende apenas como mercado para os produtos globais ou escoadouro da indústria cultural da pior qualidade, drogas culturais, lixos do imaginário. É só vermos os filmes da TV ou grande parte da produção fonográfica, ou de livros.

Se a globalização é irreversível e nada original, é necessário nos abriremos para uma “boa globalização”, de qualidade, de seleção com critérios críticos, das ricas trocas interculturais, cosmopolita, completando-se em outras culturas. É inaceitável o tipo de globalização que mercantiliza nossa vida

É inaceitável o tipo de globalização que mercantiliza nossa vida concreta e imaginativa. É preciso buscar um encontro multicultural das diferenças.

concreta e imaginativa. É preciso buscar um encontro multicultural das diferenças. Para isso precisamos abrir um grande debate público sobre o país que queremos – no governo, no Parlamento, nos equipamentos públicos, nas universidades e escolas e, principalmente, nas ruas. Recentemente, o GT-cultura do Fórum Social Mundial e a Aliança por um Mundo Responsável, Plural e Solidário dirigiram-se para sete pontos da cidade de Porto Alegre para conversar com a população sobre o mundo e o país que queremos. É necessário reproduzir esta experiência em todos os níveis para gerar uma verdadeira cultura da identidade e da diversidade. É necessário gerar uma “cultura do ser Brasil”. Somos um país rico em diversidade – de origens, regiões, etnias e ra-

ças, modos de vida, "tribos", religiões, atividades produtivas, criação artística e cultural, formas de gêneros, opções sexuais, escolhas de vida etc. Esse caldeirão de 170 milhões de habitantes criou neste mosaico de experiências culturais um modo peculiar de ser, apenas compreendido profundamente a partir do contato com outras culturas do planeta. O Brasil, embora não seja paradigma da diversidade ou da convivência entre diferentes sabe, de alguma forma, combinar seu sentimento religioso e a vida profana e material; a simplicidade e a informalidade com o respeito solene; "o pensamento selvagem" e a racionalidade; a convivência da ancestralidade com o moderno; as raízes e a capacidade inventiva; a eficácia com a criatividade; um equilíbrio entre o sofrimento e a alegria; a sensualidade e o movimento corporal, apesar da vida industrial e o rigor do cotidiano; um sentimento de paz em um cenário de desastre; um bom humor mesmo na derrota. Este povo mestiço e aberto a várias influências, oriundo de matrizes culturais indígenas, negras e imigrantes europeus, sofrendo influências de todo o mundo, sempre reelaborando a

vida em processos criativos, poderá dar um grande salto, desde que os governantes e a sociedade ajam com responsabilidade cultural.

Negar raízes é esquecer que nos fazemos pela memória e pelas heranças culturais.

Os processos culturais são plurais, transculturais e estão em mutação constante. Se as identidades fossem estáticas estaríamos submetidos às raízes e não abertos à invenção de novas realidades e novos mundos. Mas negar raízes é esquecer que nos fazemos pela memória e pelas heranças culturais. É perdermos também nossa origem que sempre está a nos dizer que não podemos esquecer quem somos. Nossa invenção nos diz onde estamos e onde queremos chegar. A invenção nos liberta do passado, atualiza nossos mitos e nos prepara para as possibilidades do novo, do sonho e da utopia.

É equivocado pensar em identidades com a ótica da oposição popular e erudito. Alguns pensam em cultura apenas como o reforço de manifestações da arte popular, negando o clássico e mesmo o experimental, que não nasceram necessariamente dos mitos de raízes ou mesmo do conhecimento popular. O mais importante é a qualidade cultural e não o lugar de sua origem ou o caráter do processo criativo.

No entanto é vital para nossa cultura fortalecer raízes e boas escolhas, não deixá-las desaparecer no caudal da indústria cultural de má qualidade.

Como afirma o documento do Fórum Intermunicipal de Cultura: "O desenraizamento cultural é um dos principais resultados da globalização; ele desfaz modos de vida locais e expropria milhões de indivíduos de suas referências. Todo um processo cultural entra em decadência, oferecendo-se um padrão fabricado pelo consumo, que tem na mídia um emulador permanente, que busca pasteurizar todo e qualquer tipo de diferença. Trata-se hoje de incorporar políticas públicas de resistência à globalização cultural, não como ilusão purista de retorno a um passado estático, mas construir um futuro que não seja um modelo padronizado; que admita a existência de modos de vida diferentes que, por sua vez, criam processos simbólicos e culturas também diversas. É preciso impedir que a globalização seja a anulação das diferenças e integração a um mundo uniforme e desumano. É preciso, pois, garantir o direito à ancestralidade e o direito à invenção" (Fórum Intermunicipal de Cultura, 2002, p. 2).

Assim, o governo, entidades e movimentos da sociedade civil e os vários atores socioculturais deverão trazer o debate sobre o lugar cultural do Brasil na globalização.

Com esse objetivo algumas idéias poderão ser implementadas:

- debate público nas várias regiões do país sobre a defesa da cultura brasileira e suas relações com a cultura global;
- políticas públicas de apoio a manifestações culturais da população: ancestrais e contemporâneas, consagradas e experimentais, de origem popular ou não, em todas as linguagens que reforcem "o modo de ser Brasil";
- defesa da produção e distribuição de produtos culturais brasileiros – do livro, das artes, do audiovisual;
- programas de difusão das línguas portuguesa, indígena e africana;
- defesa da produção da indústria cultural brasileira de qualidade técnica e ética;
- debate público sobre o papel dos meios de comunicação e a construção da identidade brasileira;
- valorização e resgate da cultura alimentar, da medicina e da cultura dos povos que compõem o Brasil.

Como afirma o documento do Fórum Intermunicipal de Cultura: "O desenraizamento cultural é um dos principais resultados da globalização; ele desfaz modos de vida locais e expropria milhões de indivíduos de suas referências".

A pura adesão espontânea a valores de outras culturas pode resultar em descaracterização e mesmo em uniformização de um imaginário pretensamente universal.

Esses são alguns pontos mínimos de uma agenda para enfocar a questão identitária.

É hora de compreendermos que a pura adesão espontânea a valores de outras culturas pode resultar em descaracterização e mesmo em uniformização

de um imaginário pretensamente universal. Países como a França têm hoje políticas de promoção da língua, do patrimônio cultural e histórico e da sua indústria cultural de produtos e imagens diante do avassalador processo de mundialização. No caso do Brasil sempre fomos uma fronteira colonial onde consumimos tudo sem critérios. Por exemplo, nos últimos anos promovemos uma desenfreada banalização da língua ao importar palavras com similares nacionais. Promover as línguas de nossos ancestrais indígenas, africanos, a língua portuguesa e a contribuição dos imigrantes é importante para nossa identidade. Isso não quer dizer a defesa de um nacionalismo estreito, pelo contrário, abertura ao mundo, sem descaracterização da essência e da sua vitalidade cultural. Mestre Didi, guia espiritual e líder negro da Bahia, tem uma chave: "Evoluir sem perder a essência". O processo identitário se fortalece com trocas interculturais de qualidade. O nosso imaginário tem sido povoado de ícones do mundo colonialista-mercantil, depois pelo racionalismo das nações européias negando nossos mitos e cosmogonias negras e indígenas, após pela presença massacrante do *american way of life*.

Pensamos que é o momento de se abrir para outras trocas e estimular relações comerciais e culturais com nações da América Latina, África e Ásia.

As políticas públicas de cultura podem conectar-se com a campanha contra a fome e reforçar a cultura alimentar do país descaracterizada nos anos recentes pelos alimentos *fast-food* e a variedade de produtos "occos", isto é, sem nutrientes suficientes para a saúde da população.

Essas atividades culturais podem gerar renda e se constituir com sustentabilidade cultural do ponto de vista do mercado e da difusão de valores de promoção humana.

Os governos, além de apoio econômico, poderão qualificar agentes culturais envolvidos nessas atividades e apoiar estudos, pesquisas históricas, formação de associações culturais e cooperativas de defesa da cultura.

Vale lembrar os projetos do governo do Acre de valorização da cultura da floresta – "Florestania, a cidadania da floresta" – que envolve desde valores até

a realização de feiras com produtos oriundos da floresta amazônica, artes etc.

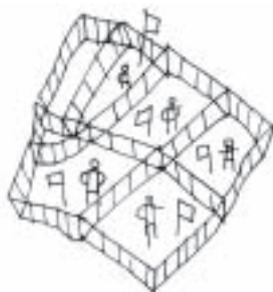
Particularmente nas escolas podem ser valorizadas as culturas matrizes do Brasil em todos os seus aspectos, incluindo-as nos currículos e abrindo o espaço escolar para atividades culturais.

A afirmação da identidade e da diversidade é a riqueza cultural de um país para evitar a colonização do imaginário. Não se pode esquecer que mesmo um "imaginário brasileiro" é pleno de conflitos, pois constituído por valores e símbolos dos vencedores que devem passar pelo crivo do debate público.

Para finalizar, alguém disse: "Tenho direito de ser diferente toda vez que a igualdade nos homogeniza. Tenho direito de ser igual toda a vez que a diferença nos inferioriza". Ou em versão análoga, dita por Terena, líder indígena do Brasil: "Eu posso ser quem você é sem deixar de ser quem sou" (Faria e Garcia, 2001, p. 15).

A construção da universalidade passa pelo particular. Ao me constituir como sujeito posso me igualar com o outro. Se não tivermos consciência da cultura que queremos – pois tanto a valorização de raízes como os valores a serem praticados são escolhas – dificilmente deixaremos de ser o escadouro da "má cultura" dos países hegemônicos.

5. Políticas públicas de cultura e desenvolvimento local



Esta questão é de recente tematização. Algumas visões consideram que estamos fadados a ser reflexos do desenvolvimento das políticas nacionais não soando espaço para o local, outros que o local seria uma espécie de contrapoder às tendências nacionais/globais. Uma terceira, que considero a mais sensata, é aquela que entende uma relação complexa entre local e global, nem reflexo e nem

contrapoder, mas há um espaço sem dúvida importante no local para o desenvolvimento de políticas que contemplem a democracia, a identidade e a inclusão. Muitos municípios têm demonstrado que é possível capturar um rosto próprio da localidade e não ser desenhado à imagem e semelhança do paradigma metropolitano. Santo André, sempre compreendida na sua história como extensão da metrópole paulista, passa a buscar o seu projeto de cidade valorizando a participação, a cultura local e a pluralidade das manifestações culturais envolvendo todos no projeto "Cidade do Futuro". Da mesma forma Porto Alegre, que reforçou a sua peculiaridade definindo a cultura como estratégica para o desenvolvimento local. Itapeverica, cidade de 130 mil habitantes, a 30 km de São Paulo, com o projeto "Barracões Culturais da Cidadania" reforçou o pertencimento ao local e contribuiu para o desenvolvimento da cidade formando jovens em várias linguagens artísticas e resgatando manifestações culturais e festas locais que haviam praticamente desaparecido. Vários municípios da região de Rio Claro construíram um corredor cultural que visa potencializar a ação cultural, a partir da afirmação da cultura local e de suas relações com outras regiões do país.

O Corredor Cultural é uma articulação política de agentes públicos que propõe a elaboração e aprimoramento das políticas de cultura, troca de experiências e desenvolvimento de ações de intercâmbio cultural. Participam do Corredor os municípios de Rio Claro, Araraquara, São Carlos, Piracicaba, Araras, Limeira, Santa Bárbara do Oeste e Americana. Essa articulação tem realizado anualmente o Fórum Regional de Políticas Culturais. Em maio de 2003 produziu a Carta de Rio Claro assinada por movimentos, entidades e fóruns de todo o país, importante parâmetro para o debate de políticas públicas nacionais de cultura.

Em qualquer agenda cultural hoje ganha centralidade o desenvolvimento cultural local.

A visão economicista dos processos de transformação social não leva a lugar algum e a cultura está investida desta capacidade de religar partes e reforçar as diferenças da localidade. É ela que faz a diferença de muitas regi-

ões, inclusive algumas próximas, e revela a singularidade e a personalidade daquele lugar. O desenvolvimento cultural local é a capacidade de criar, agir, viver, imaginar, fabular, próprios daquele lugar e a construção e vivência de

A visão economicista dos processos de transformação social não leva a lugar algum e a cultura está investida desta capacidade de religar partes e reforçar as diferenças da localidade.

mitos, encontro de raízes, ritmos e tempos locais, escolha de valores a serem vívidos, compartilhamento de sociabilidades e espiritualidades. O geógrafo Milton Santos diz: “no global está a aparência e no local a essência”.

Em artigo recente, o produtor cultural Altair José Moreira afirma: “...é na localidade que está o espelho do que fomos, somos e como seremos. É nela que reflete o espelho do privilégio, é por suas teias que sai urdidas o flagrante descaso aos excluídos, é nela que a cultura da violência anima a descrença num mundo melhor ... É por suas ruas centrais e periféricas que os homens criam seus mundos, se autodescobrem ... É nela que os mandamentos da solidariedade constroem a cidadania cultural, onde as novas interculturalidades dão vazão a novos experimentalismos, mesclando o tradicional com a cultura adquirida ... é lá que a cultura patrimonialista se sedimenta, onde tem grupos de teatro batalhando, a música rola, o artista plástico pinta, onde não há bons espaços públicos, os marcos identitários se animam em histórias” (Moreira, 2002, p. 1).

A construção de políticas públicas de cultura para o desenvolvimento local conjugadas com outras políticas é um desafio dos mais importantes para nossa atual agenda.

Este depoimento apaixonado mostra a vitalidade do local e a importância de se construir políticas públicas de cultura a partir dessa diversidade de experiências “voltada para todos e cada um”. O que vemos hoje na maioria das localidades é que as políticas públicas de cultura têm alcance reduzido e não atingem as comunidades. E sem elas não se modifica culturalmente o país ou mesmo o planeta. A construção de políticas públicas de cultura para o desenvolvimento local conjugadas com outras políticas é um desafio dos mais importantes para nossa atual agenda. De outro lado, em um mundo globalizado, estas políticas públicas são globais, isto é, locais-globais, pois não se pode perder de vista na construção de uma cultura sustentável as microrrealidades locais e uma visão de política nacional e de sustentabilidade planetária.

Como diz Altair: “Paralelamente, eu vejo que muitas comunidades estão construindo o que muitos passarão a fazer, ou seja, cerzindo uma teia que promete agir sobre a inércia, o esquecimento. Construindo um país de criadores solidários que levam em conta o ser humano local, antenado com o mundo, mas com referência na diversidade de valores de nossas identidades culturais” (ibidem, p. 2).

O debate avançará muito quando unirmos uma visão cultural ao restrito desenvolvimento local visto como questão social e geração de trabalho e renda. Os agentes culturais deste novo cenário brasileiro deverão estar atentos ao desenvolvimento cultural local e à cidadania cultural como condição e finalidade do desenvolvimento local, sem o qual estaremos buscando soluções materiais mas com um processo de vivência existencial, individual e coletivo sem qualquer qualidade.

6. Cultura e democratização dos meios de comunicação



Nas últimas décadas é inegável que avançamos muito no terreno de nossa intervenção na sociedade civil: os atores políticos transformaram efetivamente realidades mas os meios de comunicação se constituíram enquanto uma realidade inacessível.

Como diz matéria de Herz, Osório e Gorgens, na revista *Caros Amigos*: "Mais de vinte anos depois da redemocratização do Brasil um reduto continua intocado. A ele poucos têm acesso. Seu controle passa de pai para filho, num processo cartorial de preservação de poder político e de concentração econômica. Está livre de qualquer controle público ou fiscalização externa. Elege e defenestra governantes. Estabelece os valores morais e culturais de uma nação. Paradoxalmente, pertence à união, logo, a cada cidadão brasileiro. Mas, nele, a sociedade só entra como coadjuvante. Por enquanto".

Tudo indica, como diz Herbert Vianna, que "A esperança não vem do mar, nem das antenas de TV".

O fato é que os meios de comunicação estão distantes do processo de democratização do país, eles são vitais para que a democracia efetivamente aconteça.

teça. Aproximadamente 110 milhões de brasileiros assistem TV todos os dias e a maior parte da população tem a TV como o principal veículo de entretenimento.

Vamos ver alguns indicadores que revelam os verdadeiros "donos" da comunicação no Brasil, conforme Herz, Osório e Gorgens:

- 6 redes privadas de TV aberta e seus 138 grupos regionais afiliados controlam 667 veículos de comunicação, entre TVs, rádios e jornais; estas redes geram um campo de informação de centenas de emissoras de TV, rádio e jornais diários que, por sua vez, ajudam a sustentar e ampliar o campo das principais redes;
- das 3.315 concessões de rádio e TV distribuídas pelo governo federal, 37,5% pertencem a políticos de todos os matizes, de governadores, deputados e vereadores;
- a quase totalidade das redes privadas de TV aberta está nas mãos das grandes redes conhecidas;
- os "coronéis eletrônicos" – famílias de políticos conhecidos – detêm vínculos com os principais meios de comunicação.

Portanto uma política de cultura não pode ignorar este campo de atuação tão vital para um novo país, pois, a informação, fundamental para a construção da cultura, está concentrada nas mãos de grupos bastante questionáveis do ponto de vista ético.

A constituição de 1988 trouxe alguns avanços inegáveis para a construção de políticas públicas para o setor como o Conselho de Comunicação Social (CCS), criado durante a Constituinte – órgão ligado ao Congresso Nacional que passou a existir em 2002. Hoje, constitui-se o único órgão que pode viabilizar a interlocução e a possibilidade de estabelecer políticas públicas sobre os meios de comunicação.

Do ponto de vista da sociedade tem sido muito importante a atuação do Fórum Nacional de Democratização dos Meios de Comunicação que toma posições públicas envolvendo atores sociais e culturais, que propõe leis pela democratização da comunicação e questiona a presença excessiva do capital estrangeiro nos meios de comunicação.

Estes dois espaços poderão contribuir para a criação de uma lei de comunicação social de massa que tenha seu fundamento na democracia, na ética e na educação.

A fermentação do debate público e a sua tradução em políticas sociais para o setor poderão trazer temas importantes como: a melhoria da qualidade das programações que hoje incluem em grande parte a violência, o apelo sexual, a banalização do mundo; a ampliação do direito de escolha do espectador; a ampliação da oferta para todos os segmentos da sociedade; a ampliação dos produtores da área, incluindo a produção regional e independente; o fortalecimento da presença do Estado nos meios de comunicação gerando qualidade, ética e diversidade; a ampliação do controle social questionando a idéia de que controlar é censurar; a criação de um conselho de desenvolvimento dos meios de comunicação com a presença de representantes da sociedade e do governo, com a finalidade de definir a política de comunicação; criar linhas de financiamento para TVs e rádios comunitárias visando fortalecer a produção independente; estimular a criação de TVs públicas independentes do Estado, não ligadas a regras de mercado, e não necessariamente educativas; a criação de TVs educativas; transparência e regras claras nos processos de concessão.

Mesmo que avancemos pouco na concretização desses horizontes será um grande passo construir este debate na sociedade e nos próprios meios de comunicação. Não há consolidação da democracia cultural com o perfil atual. A TV, particularmente, tem um papel vital na formação cultural do país – seus comportamentos, escolhas, valores, imaginário – de pobres, ricos, jovens, idosos, populares, eruditos, urbanos, rurais, de todas as raças e etnias. Caso não enfrentemos esta questão em nossa agenda estaremos entregando a formação, principalmente dos jovens, a esses meios e a nossa rica diversidade a padrões impostos pelo mercado, pelas elites e pelos valores de uma globalização que nos destina o papel de consumidores do lixo cultural do planeta.

Há que ter cuidado neste debate para que não se imponha um pensamento único com um viés crítico como se no mercado, nas elites e na globalização também não houvesse qualidade, ética, educação e valores humanos.

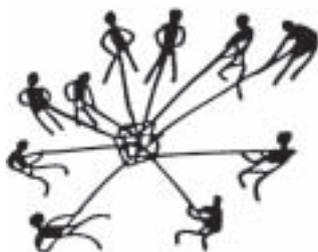
Há que construir parâmetros públicos para que se possa separar o joio do trigo e fazer com que TV, rádio e jornais contribuam para fortalecer a identidade do país, gerem instrumentos educativos e cada vez mais valores essenciais, entretenimento de qualidade, campo de fruição das artes, formação do espectador e do profissional e cidadania cultural.

Trata-se de um longo processo que se inicia pelo envolvimento da sociedade civil, dos segmentos políticos e do Estado no debate público e na definição de políticas para o setor, culturalizando este debate e não deixá-lo como

hoje é considerado, apenas como “ramo da economia e da comunicação” (Cannito, 2003, p. 84).

As ONGs e fóruns poderão acompanhar os trabalhos do Conselho de Comunicação Social (CCS), fortalecer o Fórum Nacional de Democratização da Comunicação (FNDC) e incluir este debate na pauta das organizações sociais e culturais do país e sensibilizar o Parlamento, o Estado e os governos locais.

7. Democratizar as leis de incentivo



O ponto alto da política cultural do governo anterior foi a implementação das leis de incentivo; governou-se, em boa parte, com recursos de fundos originários da renúncia fiscal. Este expediente de política cultural, além de apoiar a grande produção cultural a custo zero, praticamente, tem sido causador da ausência de políticas públicas, pois, é beneficiado quem tiver patrocinador. Este mecanismo tem contribuído para privatizar a cultura com dinheiro público. E o recurso, que seria gasto diretamente em política de comunicação para promover a marca do produto ou a instituição, é canalizado para fins empresariais ao vincular este ou aquele programa cultural à empresa. As leis de incentivo, criadas para enfrentar o sucateamento da cultura no período Collor, serviram como instrumento de marketing barato para alguns grupos privados. À época parecia interessante uma aliança do setor público e do privado em que o Estado abria mão de alguns recursos fiscais para estimular a cultura mas, se o conteúdo sempre foi polêmico, a forma revelou terríveis deformações.

As leis estabeleceram um conceito restrito de cultura, em grande parte relacionado às artes, não ampliando a sua abrangência para a cultura como formadora de conceitos, valores, qualificadora de ações e estimuladora do

As leis estabeleceram um conceito restrito de cultura, em grande parte relacionado às artes, não ampliando a sua abrangência para a cultura como formadora de conceitos, valores, qualificadora de ações e estimuladora do debate público e dos processos participativos e de cidadania cultural.

debate público e dos processos participativos e de cidadania cultural; limitou-se aos grandes eventos artísticos, empreendimentos e produtos e os de maior apelo de mercado. Daqueles que recebem a aprovação para a renúncia fiscal aproximadamente 20% efetivam o patrocínio. As empresas beneficiadas, além de não pagarem impostos, resgatam o valor investido com os ganhos na produção de artes e espetáculos,

pois o público ainda paga ingressos a altos preços. Ainda mais: não existem critérios para aprovação de projetos e não há devolução social para outros públicos diferenciados daquele do beneficiado. Finalmente, a prestação de contas e a fiscalização de resultados são precárias.

“Não nos assusta mais observar que dos 1,6 bilhão investido em leis de incentivo à cultura, desde a sua existência até 2001, cerca de 85% foram aplicados na Região Sudeste. As dez empresas que mais utilizam a lei costumam abocanhar 60% do valor destinado a renúncia fiscal” (Brandt, 2003, p. 11).

O grau de deformações das atuais leis de incentivo, em todos os níveis, revela que o Estado está financiando grupos com recursos e exclui segmentos importantes não consagrados e sem presença no mercado. Redefinir hoje as relações público-privado na cultura é também, sem dúvida, redefinir objetivos, mecanismos e resultados das leis de incentivo. Estas no novo ciclo deverão estar contextualizadas no interior de uma política cultural que define inversão de prioridades e efetivas parcerias com a iniciativa privada. Não temos dúvidas de que as leis de incentivo são seletivas, privilegiam a grande produção e empreendimentos culturais.

A partir dessas considerações podemos indicar algumas propostas para uma nova agenda:

- desenvolver um balanço das leis de incentivos – Lei Rouanet (Lei nº 8.313/ 91) e Lei do Audiovisual (Lei nº 8.685/93) e do FNC, principais projetos aprovados, valores, regiões atendidas etc.;
- definir critérios para a aprovação de projetos de acordo com a política social e cultural do novo governo e prioridades definidas por organismos de espaços mistos com a presença de governo e sociedade;

- estabelecer "gatilhos" que acumulem recursos para pequenos projetos culturais, isto é, cada projeto aprovado pela renúncia fiscal acumulará um valor proporcional para um fundo de pequenos projetos;
- distribuição de recursos por todo o território nacional, o interior do país e dos estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste;
- criar dispositivos para beneficiar um grande número de empresas e empreendimentos culturais;
- estabelecer contrapartidas sociais para a utilização do dinheiro público (apresentações públicas, ingressos gratuitos, doações de livros e CDs, preços abaixo do mercado, circulação de apresentações em lugares carentes etc.);
- criação de fundos e programas que subsidiam pequenos projetos culturais;
- articulação das leis de incentivo com o aumento dos recursos do orçamento; hoje o Ministério da Cultura leva 0,25% do orçamento da União.

É necessário destacar que não se pode restringir o debate cultural as leis de incentivo. O Estado renunciou as políticas culturais e governou por meio de leis, abandonando a construção de uma esfera pública de cultura.

É necessário destacar que não se pode restringir o debate cultural as leis

de incentivo. O Estado renunciou as políticas culturais e governou por meio de leis, abandonando a construção de uma esfera pública de cultura. As leis devem servir para tornar mais ágeis as dinâmicas culturais e não para compensar a ausência de recursos e de políticas públicas.

O ideal será estimular parcerias entre poder público e iniciativa privada convencendo os empresários e pessoas físicas a investirem em cultura tendo como referência a sua responsabilidade social e não os lucros auferidos no empreendimento. Caso contrário cairemos novamente na "Cultura do bom negócio" apreendida durante oito anos pelo Ministério. O nosso horizonte, em substituição a este lema redutor da cultura ao mercado, deverá ser "cultura como qualidade de vida", "cultura desenvolvimento humano", "cultura cidadania". Devemos retomar o papel do Estado como estimulador e fomentador da cultura e abandonarmos para sempre o expediente questionável de aplicar recursos públicos em esferas privadas, gerando com isso uma esfera privada da cultura a partir de um Estado que se propõe a ser o promotor do bem público.

8. Desenvolver e fortalecer a cultura participativa



O cenário que se inaugura é fértil em possibilidades de mudança, embora com os limites já apontados no início desta agenda. No entanto, dada à composição de forças e as exigências da governabilidade, estas mudanças não virão de graça; elas ocorrerão, ou não, em alguns casos, em outros, serão mais ou menos profundas, de acordo com o grau de participação da sociedade. Se a sociedade não romper com a instabilidade participativa dos últimos anos e não reconstruir a cultura participativa, nem o governo implementará suas reformas, nem a sociedade poderá aprofundá-las e “democratizar a democracia”, nem a esfera pública será realmente construída.

Portanto, fortalecer uma cultura de sociedade civil pela da revitalização da cultura participativa é central no presente momento.

Fortalecer os movimentos socioculturais, suas entidades e organizações e formas mistas de articulações como os conselhos e fóruns nacionais torna-se crucial para a cultura democrática no país. A questão é delicada pois os processos participativos muitas vezes têm

sido visto pelos gestores públicos como pressão; os verdadeiros representantes já estariam eleitos e os demais não estariam qualificados para a representação da sociedade. A participação traz pluralismo de idéias, questionamento de rotas, pressão para o desenvolvimento de políticas públicas – muitas vezes qualificadas como oposição ou desejo do fracasso da gestão. Quase sempre

Se a sociedade não romper com a instabilidade participativa dos últimos anos e não reconstruir a cultura participativa, nem o governo implementará suas reformas, nem a sociedade poderá aprofundá-las e “democratizar a democracia”, nem a esfera pública será realmente construída.

os processos participativos mudam rumos preestabelecidos de políticas, redefinem parceiros, pautas, agendas, visibilizam ou incluem atores não contemplados nas políticas públicas, redistribuem recursos e, no limite, partilham o poder. Portanto, incomodam, mesmo para aqueles autodenominados gestores democráticos; para os autocráticos é quase questão de vida e morte.

Fortalecer a cultura participativa envolve criar uma cultura do diálogo que pode gerar interculturalidade e processos educativos partilhados. E hoje este processo é particularmente delicado pois, sem abrir mão de princípios, há necessidade de uma escuta mútua entre governo e sociedade, deve-se ter claro a viabilidade de concretização das reivindicações, os ritmos e responsabilidade da ação cidadã.

De outro lado, há espaços participativos que podem cumprir papel destacado na presente conjuntura. Os conselhos deverão ser estimulados no seu papel de representação real com o devido peso da sociedade, espaço de co-gestão e de decisão, onde são explicitados conflitos, com eficácia na distribuição de recursos, formulação de políticas públicas de qualidade e na construção de parâmetros públicos para o debate sociocultural. Deverão praticar uma efetiva paridade, superar o seu caráter formal e, em muitos casos homologatórios, formular políticas e ligar-se a dinâmicas sociais e processos participativos, conforme aponta o Laboratório de Desenvolvimento Cultural do FIC (2002).

Os fóruns podem vir a desempenhar um papel ainda mais importante, articulando atores plurais, estimulando o debate público, formulando propostas de políticas públicas e relações democráticas Estado-sociedade. Fóruns temáticos, de debates, fóruns locais podem desempenhar papel importante nos processos de fermentação da cultura participativa. Por outro lado é necessário que se retome a ação cultural direta, as ações simbólicas e a apropriação cultural dos lugares públicos. No momento atual a cultura se desborda de seus "templos" para a rua, praça, comunidade; culturalizar todos os espaços, públicos ou não, deve ser o lema para o presente. As dinâmicas culturais não podem ser substituídas nem pelo "conselhismo" nem pelas "articulações foreiras" sob risco de engessarmos o processo participativo em regras de conveniência e impedirmos o surgimento da diversidade, base da cultura democrática.

As dinâmicas culturais não podem ser substituídas nem pelo "conselhismo" nem pelas "articulações foreiras" sob risco de engessarmos o processo participativo.

9. Criar uma cultura da paz



Um novo movimento social cresce, principalmente nas grandes cidades: o da cultura da paz. Inicialmente causa um estranhamento, mesmo àqueles acostumados com a cultura da violência. Vamos explicar: no ano 2000, considerado pela Unesco o ano da Cultura da Paz, foi feito um chamamento aos povos do mundo por uma cultura da paz e não-violência em um manifesto assinado por um grupo significativo de personalidades agraciadas com o prêmio Nobel. Neste manifesto a cultura de paz e não-violência é entendida como: respeitar a vida; rejeitar a violência; ser generoso; ouvir para compreender; preservar o planeta; redescobrir a solidariedade. Resumindo, a cultura da paz significa a rejeição a todo tipo de violência à vida – seja sexual, física, psicológica, das palavras e ações. A base da cultura da paz é a cooperação entre a comunidade dos seres e o desenvolvimento interior das pessoas.

No Brasil esses movimentos têm constituído redes, conselhos, ações em defesa da vida, com a participação ativa de ONGs culturais e grupos religiosos de origens plurais.

Trazemos este tema à agenda por vários motivos: a cultura da violência implantou-se em nosso modo de vida, particularmente nos bairros pobres das cidades e em grande parte das regiões rurais e entre os jovens das escolas públicas; o momento atual é de diálogo, negociação, argumentação, conforme acenou mais de uma vez o presidente eleito; no plano internacional o delírio de Bush ameaça o mundo com mais uma guerra do império contra “quem estiver contra nós”.

Entre a razão enlouquecida de Bush e a ação doentia de grupos terroristas, entre o crime organizado e a violência da polícia, entre o consumo de droga e a repressão a estudantes nas escolas, cresce a importância da cultura da paz como única via de construção da sociedade no mundo contemporâneo.

Esses movimentos trabalham na sensibilização da sociedade contra a violência, na difusão de propostas culturais entre jovens e na construção de políticas públicas pelos governos.

É importante reafirmar que cultura da paz não significa ausência de luta, não reconhecimento ou enfrentamento de conflitos, ou formação de imaginários homogêneos. Pelo contrário é uma resistência ativa, porém de caráter pacífico e propositiva.

No próximo período as políticas públicas deverão agendar o tema da paz como transversal em todos os campos da atividade humana e mobilizar a sociedade para a resolução pacífica dos conflitos.

Em São Paulo formou-se um conselho na Assembléia Legislativa que está desenvolvendo diálogos pela cultura da paz em escolas, nos governos e nas ruas.

No Parlamento é também importante a sua atuação sensibilizado-o para a criação de leis e políticas públicas pela paz, de caráter inadiável. Em São Paulo e Itapeirica da Serra estão sendo criados conselhos municipais de cultura da paz, espaço importante para a implementação de novos valores do convívio urbano.

No próximo período as políticas públicas deverão agendar o tema da paz como transversal em todos os campos da atividade humana e mobilizar a sociedade para a resolução pacífica dos conflitos.

10. Artecultura, jovens e novas sociabiabilidades



“O jovem se articula através de atividades artísticas, pessoas se encontram e encontram a si mesmo através da arte. Mais que consumir, nós queremos fazer parte.” Este depoimento de um jovem deixa muito evidente o desejo de inclusão e o papel da arte na sua construção de mundo. É na arte que grande parte dos jovens descobrem novos caminhos, constroem relações, formam referências e valores e elaboram suas experiências de vida. Hoje, com a crise dos paradigmas da

racionalidade e do conhecimento, a arte assume um lugar destacado como linguagem agregadora e de comunicação, principalmente entre jovens. Além da expressão da sua criatividade, muitos temas são revelados e agendados e têm contribuído para processos identitários. Grupos de jovens artistas, extremamente comum nas cidades, estão enraizados no cotidiano dos bairros e buscam integrar-se à cidade, enfrentando assim o *apartheid* cultural. A presença dos jovens revitaliza a cidade pela sua sociabilidade, atuação sempre limitada pela ausência de políticas públicas que contemplem suas linguagens, processos criativos, existenciais.

Mapeamentos culturais e trabalhos de intervenção têm identificado muitos grupos de *hip hop*, poesia, música, pequenas publicações, *performances*, teatro, fóruns etc. É fundamental o reconhecimento de suas dinâmicas e o seu

protagonismo como sujeitos existenciais e culturais. As suas novas linguagens artísticas, formas de comunicação e apreensão do mundo não devem apenas ser um campo propício para retirá-los da droga ou do mundo do crime, como tem sido entendido, mas porque estes jovens vivem a exclusão na sua plenitude e a arte e a cultura estão presentes nos seus processos de vida.

A agenda pública não pode esquecer do protagonismo jovem e deve apostar na formação de políticas públicas e na definição de linhas de pesquisa para que se conheça melhor a dinâmica, suas demandas, singularidades e ação desses grupos na vida do país.

A agenda pública não pode esquecer do protagonismo jovem e deve apostar na formação de políticas públicas e na definição de linhas de pesquisa para que se conheça melhor a dinâmica, suas demandas, singularidades e ações desses grupos na vida do país.

Finalmente, é necessário destacar que há outras novas sociabilidades em gestação ou já existentes, que não passam pelos grupos reivindicatórios mais tradicionais: além dos grupos de jovens surgem movimentos pela paz e os direitos humanos, fóruns inter-religiosos, fóruns culturais de bairros, movimentos pelo reencantamento do mundo (Zona Sul de São Paulo), grupos de terceira idade, movimentos de mulheres e de afirmação de direitos e escolhas sexuais, que se diferenciam quase sempre dos tradicionais por sua postura mais aberta, discursos mais expressivos e vivências culturais plurais. Os movimentos de mulheres são emblemáticos nesse sentido, pois, além de questionarem a distinção entre público e privado, trouxeram à vida cidadã temas antes desconhecidos como a sexualidade, o trabalho doméstico, os princípios

masculino e feminino, as relações de gênero, a subjetividade, entre outros.

As políticas públicas ainda estão muito distantes destas dinâmicas e das novas sociabilidades. Escutar, pesquisar e incorporar nas agendas torna-se vital para o desenvolvimento do caráter público da cultura. Mesmo os processos participativos e de comunicação têm que ser repensados para se adequarem a estes novos tempos.

Para concluir

Neste novo cenário que agora se inicia, em que a eleição do presidente da República torna-se um fato cultural mais importante, acreditamos que encerramos um ciclo e abrimos outro rico de possibilidades de transformação social. Fica cada vez mais clara a indissolubilidade do social e do cultural, pois a superação da exclusão cultural e social caminham juntas. Nesse sentido a sociedade deve se preparar para uma ação cada vez mais propositiva e de reforçamento da sua representação.

Quando falamos em inclusão perguntamos logo: incluir onde? Sem dúvida que a resposta merece um aprofundamento maior. Incluir numa sociedade em que a cultura seja realizada por todos e não para todos, ou seja, não apenas conquistarmos o direito de participar da sociedade tal como se apresenta. Ao contrário, os processos culturais devem estar abertos para que possamos construir um país com o rosto multicultural dos povos que o compõem e não apenas a imagem e semelhança das elites econômicas e da inteligência acadêmica. Assim, precisamos inaugurar um grande debate sobre o país que queremos.

A cultura pode cumprir um papel destacado no reencantamento do mundo, talvez esta seja a missão última e mais relevante da cultura – gerar encantamento.

Ao desenvolvimento econômico deve-se acrescentar humanidades, valores, qualidades que são geradas sempre pela cultura. Aquilo que não tem medida, nem nunca terá: o imaterial, o poético, a qualidade de ser, o profético, o espiritual.

A cultura pode cumprir um papel destacado no reencantamento do mundo, talvez esta seja a missão última e mais relevante da cultura – gerar encantamento, magia de viver, celebrações da vida, poéticas de um mundo possível, harmonização das diferenças, pacificação das mentes, utopias que geram novas possibilidades de existir, religação a sentidos mais profundos do que a pobre e transitória materialidade da existência humana.

Referências bibliográficas

1. BRANDT, Leonardo. "Diversidade cultural e desenvolvimento social". In: *Políticas culturais*. São Paulo: Manole, 2003.
2. CANNITO, Newton. "Políticas culturais para a televisão". In: *Políticas culturais*. São Paulo: Manole, 2003.
3. FIC (Fórum Intermunicipal de Cultura). "Carta dos candidatos". São Paulo, 2002.
4. FIC (Fórum Intermunicipal de Cultura). "Encontros do Laboratório de Desenvolvimento Cultural do Fórum Intermunicipal de Cultura". São Paulo, 2002.
5. HAMILTON, Faria; GARCIA, Pedro. Arte e Identidade Cultural na Construção de um mundo solidário. São Paulo: Pólis, 2001 (*Cadernos de Proposições para o Século XXI*)
6. HERZ, Daniel; OSÓRIO, Pedro Luís S.; GORGENS James. *Caros Amigos*. São Paulo, ano VI, nº 15, junho, 1998.
7. MOREIRA, Altair José. O desenvolvimento cultural local. 2002. (Mimeo).
8. PLATAFORMA por um Mundo Responsável, Plural e Solidário. Rio de Janeiro: Pacs, julho 1996.



PÓLIS

INSTITUTO DE ESTUDOS,
FORMAÇÃO E ACESSORIA
EM POLÍTICAS SOCIAIS

Diretoria: Jane Casella, Nelson Saule Jr. (presidente), Silvio Caccia Bava, Veronika Paulics.

Equipe Técnica: Ana Claudia Chaves Teixeira, Anna Luiza Salles Souto, Bianca Santos, Christiane Costa, Edie Pinheiro, Eduardo de Lima Caldas, Gabriela Lotta, Hamilton José Barreto de Faria, Jane Casella, Jorge Kayano, José Carlos Vaz, José Cêzar Magalhães Jr., Juliana Lordello Sicoli, Kazuo Nakano, Maria do Carmo Alves Albuquerque, Maria Elisabeth Grimberg, Mirian Lozano, Nelson Saule Jr., Nilde Balcão, Osmar de Paula Leite, Paula Freire Santoro, Pedro Pontual, Renato Cymbalista, Ruth Simão Paulino, Silvio Caccia Bava, Stela Ferreira, Tatiana Maranhão, Veronika Paulics, Vilma Barban.

Equipe Administrativa: Antonio Vicente de Amorim Filho, Benedita Aparecida Alegre de Oliveira, Fabiana Maria da Silva, Gisele Balestra, João Carlos Ignácio, Maria Joseete Pereira da Silva, Maria Salete Pereira da Silva, Melania Alves, Messias Pinto, Patrícia Gaturamo, Rosângela Maria da Silva Gomes, Viviane Cosme Chaves.

Estagiários: Clarissa Costa de Oliveira, Daniel Ho, Diego Franco, Iara Rolnik, Luiz Sertório Teixeira, Mariana Marques, Mauricio Dantas, Patrícia Cardoso, Paula Pollini, Tania Masseli, Thais Cattel, Thais Ricardo, Vanessa Souza, Weber Sutti.

Conselho de Administração: Ana Amélia da Silva, Ana Luiza Salles Souto, Aziz Ab'Saber, Francisco de Oliveira, Hamilton Faria, Heloisa Helena Canto Nogueira, Jane Casella, José Carlos Vaz, Ladislau Dowbor, Marco Antonio de Almeida, Maria Elisabeth Grimberg, Marta Esteves de Almeida Gil, Nelson Saule Jr., Osmar de Paula Leite, Paulo Augusto de Oliveira Itacarambi, Peter Spink, Raquel Rolnik, Silvio Caccia Bava, Vera da Silva Telles, Veronika Paulics.

publicações pólis

- 01** Reforma Urbana e o Direito à Cidade
- 02** Cortiços em São Paulo: o Problema e suas
- 03** Ambiente Urbano e Qualidade de Vida
- 04** Mutirão e Auto-Gestão em São Paulo: uma Experiência de Construção de Casas Populares
- 05** Lages: um jeito de governar
- 06** Prefeitura de Fortaleza: Administração Popular 1986/88
- 07** Moradores de Rua
- 08** Estudos de Gestão: Ronda Alta e São João do Triunfo
- 09** Experiências Inovadoras de Gestão Municipal
- 10** A Cidade faz a sua Constituição
- 11** Estudos de Gestão: Icapuí e Janduís
- 12** Experiências de Gestão Cultural Democrática
- 13** As Reivindicações Populares e a Constituição
- 14** A Participação Popular nos Governos Locais (Esgotada)
- 15** Urbanização de Favelas: Duas Experiências em Construção
- 16** O Futuro das Cidades (Esgotada)
- 17** Projeto Cultural para um Governo Sustentável (Esgotada)
- 18** Santos: O Desafio de Ser Governo
- 19** Revitalização de Centros Urbanos
- 20** Moradia e Cidadania: Um Debate em Movimento
- 21** Como Reconhecer um Bom Governo?
- 22** Cultura, Políticas Públicas e Desenvolvimento Humano (Esgotada)
- 23** São Paulo: Conflitos e Negociações na Disputa pela Cidade
- 24** 50 Dicas – Idéias para a Ação Municipal (Esgotada)
- 25** Desenvolvimento Local – Geração de Emprego e Renda
- 26** São Paulo: a Cidade e seu Governo – O olhar do Cidadão
- 27** Políticas Públicas para o Manejo do Solo Urbano: Experiências e Possibilidades
- 28** Cidadania Cultural em São Paulo 1989/92: Leituras de uma Política Pública
- 29** Instrumentos Urbanísticos contra a Exclusão Social
- 30** Programas de Renda Mínima no Brasil: Impactos e Potencialidades
- 31** Coleta Seletiva: Reciclando Materiais, Reciclando Valores (Esgotada)
- 32** Regulação Urbanística e Exclusão Territorial
- 33** Desenvolver-se com Arte
- 34** Orçamento Participativo no ABC: Mauá, Ribeirão Pires e Santo André
- 35** Jovens: Políticas Públicas – Mercado de Trabalho
- 36** Desenvolvimento Cultural e Planos de Governo
- 37** Conselhos Gestores de Políticas Públicas
- 38** Diretrizes para uma Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
- 39** Gênero e Raça nas Políticas Públicas
- 40** Aspectos Econômicos de Experiências de Desenvolvimento Local

- 41** O Reencantamento do Mundo: Arte e Identidade Cultural na Construção de um Mundo Solidário
- 42** Segurança Alimentar e Inclusão Social: A escola na promoção da saúde infantil

série desafios da gestão municipal democrática

estudos de gestão municipal

Santos (1998)

Porto Alegre (1998)

Recife (1998 - Esgotada)

Fortaleza (1998 - Esgotada)

Belém (2000)

série observatório dos direitos do cidadão

acompanhamento e análise das políticas públicas da cidade de São Paulo

- 01** A Política de Assistência Social na Cidade de São Paulo (2002)
- 02** Educação na Cidade de São Paulo (2002)
- 03** Saúde na Cidade de São Paulo (2002)
- 04** Habitação na Cidade de São Paulo (2002)
- 05** Crianças e Adolescentes em Situação de Risco na Cidade de São Paulo (2002)
- 06** Orçamento Público do Município de São Paulo no Período Recente (2002)
- 07** Criança e Adolescente - Conselho Municipal (2002)
- 08** Saúde - Conselho Municipal (2002)
- 09** Educação - Conselho Escola (2002)

pólis papers

- 01** A participação dos cidadãos no controle da administração pública (Esgotado)
- 02** Participação social no Brasil hoje (Esgotado)
- 03** Participação popular no ABC: experiências e concepções (Esgotado)
- 04** Ações públicas locais de apoio à produção de alimentos (Esgotado)
- 05** Ações públicas locais de abastecimento alimentar (Esgotado)
- 06** Consumo de alimentos no Brasil: traços gerais e ações públicas locais de segurança alimentar (Esgotado)
- 07** Ações Públicas de Segurança Alimentar para Grupos Populacionais Específicos

cadernos pólis

- 01** Conselhos de Habitação e Desenvolvimento Urbano
- 02** Direitos Humanos e Políticas Públicas
- 03** Laboratório de Desenvolvimento Cultural
- 04** Estatuto da Cidade
- 05** Orçamento Participativo em Municípios Paulistas

outras publicações

Ordenamento Jurídico: Inimigo Declarado ou Aliado Incompreendido?

Alternativas Contra a Fome

Poder Local, Participação Popular e Construção da Cidadania

Para quê Participação Popular nos Governos Locais?

Democratização do Orçamento Público e os Desafios do Legislativo

Os Desafios da Gestão Municipal Democrática

Direito à Cidade e Meio Ambiente

Falas em Torno do Lixo

125 Dicas - Idéias para a Ação Municipal

Estatuto da Cidade - Guia para Implementação dos Municípios e Cidadãos

Novos Contornos da Gestão Local: Conceitos em Construção

Regularização da Terra e da Moradia - o que é e como implementar

cadernos de proposições para o século XXI

Arte e Identidade Cultural na Construção de um Mundo Solidário

Propostas para uma diversidade cultural intercultural na era da globalização

Educação Ambiental: seis proposições para agir como cidadãos

cd rom

Impacto da Aplicação de Novos Instrumentos Urbanísticos em Cidades do Estado de São Paulo (Por encomenda)

São Paulo: Leste / Sudeste (Por encomenda)

Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo

Gestão da Terra Urbana e Habitação de Interesse Social

Saneamento: Controle Social dos Serviços Públicos

para adquirir publicações pólis

Procure o setor de publicações do Instituto Pólis no telefone (0xx11) 3258.6121 r. 256 ou pelo correio eletrônico: publicacoes@polis.org.br.

PÓLIS — INSTITUTO DE ESTUDOS, FORMAÇÃO E ACESSORIA EM POLÍTICAS SOCIAIS
Rua Araújo, 124 - Centro - CEP 01220-020 - São Paulo - SP
telefone: 0xx11 3258.6121 - fax: 0xx11 3258.3260
endereço eletrônico: polis@polis.org.br - sítio na internet: www.polis.org.br

Esta publicação foi editada no Instituto Pólis com textos compostos em fonte Rotis Semi Sans em agosto de 2003.